



III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PÔSTER

O DEBATE SOBRE CRECHE NO JONAL *MULHERIO* (1981-1983)

Karolliny Joally das Neves Miranda

Universidade Federal de Campina Grande.

karolmiranda03@gmail.com

Michelly Pereira Sousa Cordão.

michellycordao@gmail.com

INTRODUÇÃO

No atual cenário acadêmico, o tema da creche tem encontrado espaço nos debates e produções, sobretudo aqueles desenvolvidos por pesquisadoras das áreas da pedagogia, da psicologia e do direito. Nessas discussões, é comum que se recupere a luta por creches empreendida pelos movimentos de mulheres nas décadas 1970 e 1980, aqui no Brasil.

Aqui, ao também recuperarmos essa luta, de grande importância para a história dos movimentos sociais brasileiros, procuramos refleti-la, por meio da perspectiva histórica, a partir das edições do jornal feminista *Mulherio* (1981-1988).

Pretendemos fazer isso analisando as representações que as feministas desse jornal elaboraram para a creche. Aqui, partimos do entendimento de que as representações não apenas produzem e reproduzem práticas sociais, mas também estão associadas aos significados que os sujeitos e os grupos atribuem a essas práticas, que formam o mundo social em que vivem (CHARTIER, 1991). Dessa forma, consideramos que as representações implicam uma relação de reciprocidade entre um mundo social que significa os sujeitos, e sujeitos que continuamente significam o mundo. Assim, consideramos que as representações que as feministas do *Mulherio* elaboraram não apenas para a creche, mas para todo tipo de questão associada à maternidade, diz muito





sobre as formas com que elas encaravam e viviam o ser mãe, o ser mulher e o ser feminista na sociedade brasileira daquela época.

O DEBATE SOBRE CRECHE NAS PÁGINAS DO MULHERIO (1981-1983)

Aqui no Brasil, a atuação dos chamados movimentos feministas de Segunda Onda se deu a partir de meados da década de 1970. Sua particularidade esteve associada à luta contra a ditadura civil-militar, que se instalara no poder desde 1964.

Uma das características dos movimentos feministas desse período foi a intensa produção de uma imprensa, tomada como veículo de promoção de debates e de divulgação de suas pautas. Um desses impressos produzidos foi o jornal *Mulherio* (1981-1988). Sediado em São Paulo, o jornal recebeu apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas (até 1983) e da Fundação Ford (até 1987). Conforme Cardoso (2004), podemos localizar o *Mulherio* na segunda geração da imprensa feminista brasileira pós-1974, cuja principal característica era a de ser um jornal que privilegiava a discussão das questões de gênero, sendo uma delas a luta por creches.

Apesar dessa luta não ter sido uma pauta apenas das feministas – nem tampouco apenas daquelas vinculadas ao *Mulherio* –, conseguindo reunir uma diversidade de mulheres para além daquelas que militavam no movimento (TELLES, 2015), percebemos que ela foi, em grande medida, uma luta específica do gênero feminino. E isso não é de se estranhar pois, ao analisarmos sob a perspectiva da longa duração (BRAUDEL, 1965), reconhecemos que as funções sociais relacionadas à reprodução e ao cuidado foram – e permanecem –, quase sempre, associadas ao gênero feminino (BADINTER, 1985; SCAVONE, 1985).

Aqui, a noção de divisão sexual do trabalho também nos ajuda a melhor compreender a questão, ao se referir justamente à divisão social do trabalho que tem por base as diferenças de gênero (KERGOAT, 2003). Sendo assim, os sujeitos socialmente identificados por mulheres, por terem a capacidade biológica de gestar, parir e amamentar as crianças, foram, por isso, considerados os responsáveis pela sua criação e cuidado. Ou seja, pelos encargos sociais da maternidade.





E foi contra essa divisão, que tanto contribuiu para a perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres, que muitas brasileiras dos anos 1980 lutaram, ao levantarem a bandeira da luta por creches. Tal reivindicação foi possibilitada por um contexto mais amplo de crescente profissionalização e/ou inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como de retomada dos movimentos feministas, que, nesse momento, cada vez mais promoviam a politização da esfera privada (TELLES, 2015).

Dessa forma, se a partir do século XVIII a maternidade passou a ser socialmente valorizada, passando a ser tratada como algo sagrado pela mentalidade burguesa ocidental (BADINTER, 1985), os movimentos feministas de meados do século XX foram os responsáveis por problematizá-la (SCAVONE, 2001), procurando melhor compreendê-la em suas contradições. Tal perspectiva é identificada na edição de número 1 do *Mulherio*, que traz uma série de artigos explorando as contradições e os dilemas da maternidade. No artigo intitulado *Paraíso perdido ou reencontrado?*, por exemplo, Carmen Barroso enfatiza

A profunda contradição, entre, de um lado, a exaltação mistificadora da função maternal e, de outro, as precárias condições oferecidas pela sociedade para o desenvolvimento saudável das crianças e o exercício da maternidade³⁷⁰.

Em meio às precárias condições denunciadas, as quais limitavam o exercício pleno e saudável da maternidade, temos o problema da falta de creches. Problema que, em grande medida, afetava as mulheres trabalhadoras, sobretudo as operárias, empregadas domésticas e agricultoras, que, no geral, eram aquelas advindas dos estratos menos favorecidos e mais necessitados da sociedade. Tratava-se de mulheres que tinham de trabalhar, para sustentar seus filhos, mas que não tinham com quem deixá-los.

Sem dúvida, eram mulheres para quem a maternidade, em oposição ao discurso dominante denunciado pelas feministas, não lhes tinha feito alcançar o paraíso, mas contribuído para aumentar ainda mais suas agonias e angústias. Afinal, não é outra a constatação que temos ao ler o depoimento de Neuza Nogueira, trabalhadora têxtil da

³⁷⁰ *Mulherio*, maio-junho de 1981, p. 8.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

cidade de São Paulo, que diz que “Ter filhos, para nós trabalhadoras, ao invés de alegria, muitas vezes é uma verdadeira tragédia. Não temos local adequado para deixar os nossos filhos enquanto trabalhamos”³⁷¹.

Em seu depoimento, Margarida M. Alves, agricultora paraibana, fala do problema da falta de creches que também atingia as trabalhadoras rurais:

É muito triste a situação da mãe rural. Ela muitas vezes deixa os filhos também e vai cortar cana, plantar cana, semear a bandeira da cana e, enquanto isso, os meninos ficam arengando com os vizinhos, jogando pedra, brincando de espingarda quando o pai, às vezes, deixa fácil por descuido, e já tem morrido criança por falta de tiro de espingarda. Isso porque as mães não podem dar assistência aos filhos: elas não querem ver o menino morrer de fome, então vão ganhar um diazinho de serviço³⁷²

Para essa época, no referente ao acesso a creches, alguns podem argumentar que, em termos jurídicos, de fato as mulheres-mães que trabalhavam no campo viviam uma situação bem pior do que as que trabalhavam nos grandes centros urbanos do país. Claro que, entre ambas, havia grandes diferenças, mas, ao analisarmos as fontes, percebemos que a falta de creche era um problema constante na vida das mulheres trabalhadoras, independente de seus espaços ocupacionais.

No artigo *A lei existe. Mas, ora, a lei*, por exemplo, vemos o *Mulherio* fazer uma denúncia da ineficiência da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) no referente à garantia do acesso à creche às mulheres trabalhadoras. De acordo com o posicionamento do jornal, era falho o artigo da CLT que determinava que empresas com mais de 30 mulheres empregadas, em idade entre 16 e 40 anos, deveriam ofertar creches para suas funcionárias, porque, segundo o jornal:

De acordo com informações do Ministério do Trabalho, se a obrigatoriedade legal fosse cumprida, apenas dois por cento da força de trabalho feminina na idade estipulada (entre 16 e 40 anos) estaria coberta. Muitas mulheres trabalham sem registro, outras em empresas pequenas (com menos de 30 empregadas nessa faixa de idade) e outras, ainda, sequer são alcançadas pelos direitos da CLT, como as empregadas domésticas e as trabalhadoras rurais³⁷³.

³⁷¹ *Mulherio*, novembro-dezembro de 1981, p. 11.

³⁷² *Idem*.

³⁷³ *Idem*.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

E nesse anseio por creche, algo interessante que aparece nas representações do *Mulherio* é que, nelas, a defesa da creche não se dá apenas no sentido de garantir o direito de as mulheres participarem da vida produtiva. Analisando as fontes, constatamos que, para as mulheres e, sobretudo, para as feministas desse momento, lutar por creche também significava combater a divisão sexual do trabalho, bastante expressa no discurso de que “[...] cuidar, proteger e educar a criança pequena é tida como um problema da mãe, e só da mãe”³⁷⁴.

Ao fazerem isso, essas mulheres procuravam promover a socialização das tarefas de cuidado, a fim de que essas deixassem de ser consideradas “coisa de mulher”, e passassem a ser exercidas por toda a sociedade. Nesse sentido, de acordo com as feministas, era preciso considerar a criação dos filhos “[...] não mais como um assunto privativo de cada mulher, mas como um problema da coletividade”³⁷⁵.

Outro ponto interessante da perspectiva feminista no referente à luta por creches é a consciência, partilhada pelas mulheres que reivindicavam a pauta, de que isso se tratava de um direito. Retomando o depoimento da trabalhadora Neuza Nogueira, concedido ao jornal, ela fala que: “[...] quando exigimos que o governo instale creches onde moramos estamos exigindo um direito que é nosso”³⁷⁶. Além disso, o seguinte trecho da fala de Neuza aponta para uma mudança de visão, que se dava naquele momento, dentro do movimento de luta por creches:

Gostaríamos de ressaltar que nas creches não queremos que nossos filhos sejam apenas “vigiados” durante a nossa jornada de trabalho. Como a própria lei determina, queremos que sejam também assistidos. E assistidos para nós é: cuidados higiênicos, cuidados médicos, alimentação adequada, estímulos para o desenvolvimento intelectual etc.³⁷⁷

A análise dessa mudança é interessante, pois ela aponta para o potencial crítico do movimento de luta por creches encabeçado pelas mulheres. Se antes a defesa da creche estava associada ao direito de trabalho das mulheres-mães, depois essa visão

³⁷⁴ *Mulherio*, novembro-dezembro de 1981, p. 9.

³⁷⁵ *Idem*.

³⁷⁶ *Mulherio*, novembro-dezembro de 1981, p. 11.

³⁷⁷ *Idem*.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

muda, com a noção de que a creche era um direito não apenas da mulher, mas também de seus filhos, que, desde crianças, deveriam ter acesso à educação (MACEDO, 2015).

Para isso, a hipótese lançada é de que essa mudança esteve associada à evolução do pensamento feminista aqui no Brasil. É fato que o movimento de luta por creches não esteve subordinado ao feminismo, no entanto, nele encontrou grande potencial crítico. Assim, na medida em que os grupos e organizações feministas romperam com os partidos de esquerda, que privilegiavam a dominação de classe, suas integrantes puderam aguçar seus olhares para as invisíveis opressões que se davam na esfera privada, e que atingiam, sobretudo, mulheres e crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao recuperarmos essa luta, é importante enfatizarmos os seus ganhos, sobretudo ao ter promovido grandes avanços na maneira como a legislação brasileira passou a encarar a educação e o cuidado infantil (TELLES, 2015). No entanto, sabemos que as conquistas sociais não se dão de forma definitiva na história. Sendo assim, a luta dessas mulheres deve ser retomada e ressignificada tendo em vista o atual contexto, de crescente avanço do neoliberalismo e do conservadorismo no Brasil e no mundo. Trata-se de um momento tenso em nossa história, em que acompanhamos a retomada de discursos – machistas – que visam, novamente, inserir a mulher no chamado âmbito vida privada. Além disso, as atuais ondas de privatizações não apenas entravam, como também retrocedem o caminho da socialização das tarefas de cuidado, tão fundamental para o fim da desigualdade de gênero. Nesse contexto, em que cada vez mais se prega o “Estado mínimo”, desobrigando-o, assim, a fornecer assistência, amparo e cuidado para os seus cidadãos, cada vez mais o encargo dessas atividades tem sobrado para as mulheres. Portanto, trata-se de um contexto que explora e realça, ainda mais, as desigualdades sociais, inclusive as de gênero. Assim, desejamos que a luta dessas mulheres do passado nos sirva de exemplo para permanecermos em nossas lutas nesse presente desencorajador e desumano.





REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In Revista de História, v. XXX, n. 62, abr/jun, 1965.
- CARDOSO, Elisabeth. Imprensa feminista pós-1974 (dissertação de mestrado). São Paulo, 2004.
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação” (p. 173-191). In Estudos Avançados, 11(5), 1991.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In. EMÍLIO, Marli; TEXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (org.). Trabalho e cidadania ativa para mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Geral da Mulher, 2003.
- MACEDO, Elina Elias. Os direitos das crianças no centro da luta por creche In: FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; FARIA, Ana Lúcia de. (org.). Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, 2015. (p. 79-93).
- SCAVONE, Lucila. “As múltiplas faces da maternidade” (p. 37-49). Cad. Pesq., São Paulo (54): 37-49, agosto, 1985.
- _____. “A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais” (p. 137-150). In Cadernos Pagu (16), 2001, pp. 137-150.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches!. In: FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; FARIA, Ana Lúcia de. (org.). Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, 2015. (p. 21-33).

